

CIPAOS DA ÍNDIA OU SOLDADOS DA TERRA? DILEMAS DA NATURALIZAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE NO SÉCULO XVIII

Sepoys from India or African soldiers? Dilemmas in the naturalization of the Portuguese colonial army in Mozambique in the 18th century

Maria Eugénia Rodrigues*

RESUMO

No século XVIII, os portugueses deparavam com dificuldades crescentes para preencher o regimento de infantaria de Moçambique. Não só a colónia americana do Brasil atraía a maior parte dos que saíam de Portugal, como a elevada mortalidade verificada na costa oriental africana contradizia qualquer esforço de completar o exército com reinóis. Desenvolvendo um discurso sobre a inadequação dos soldados europeus ao meio moçambicano, a administração da colónia tentou encontrar alternativas no quadro do Índico. Durante a segunda metade da centúria, o debate e as soluções ensaiadas centraram-se no recurso aos cipaios importados da Índia ou aos soldados naturais da colónia, nomeadamente dos mestiços, designados patrícios, nos Rios de Sena, e dos macuas e suaflis, no litoral da ilha de Moçambique. Esse processo desembocaria no projeto, formulado na colónia e desenvolvido em Lisboa, de naturalizar o regimento de Moçambique, reservando o oficialato para os europeus. Não obstante, os inúmeros obstáculos levantados ao recrutamento local inviabilizariam a constituição de um regimento completamente preenchido com gente da colónia.

Palavras-chave: Moçambique; exército colonial português; cipaios; soldados africanos.

* Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

ABSTRACT

During the 18th century, the Portuguese meted increasing difficulties to complete the Mozambique infantry regiment. Not only the Brazil attracted whoever left Portugal, but the high mortality occurred in the oriental African coast contradicted any attempt to fulfil the army with Europeans. Developing a discourse about the inadaptation of the European soldiers to the Mozambican habitat, the Portuguese administration tried to find alternatives in the Indian context. During the second half of the century, the debate and the attempted solutions centred in the use of the sepoys imported from India or the African soldiers. These were recruited among the *mestizo* persons of the Rios de Sena, called *patrícios*, and the Makua and Swahili of the litoral of the Mozambique Island. This process will run to a project, born in the colony and developed at Lisbon, of the naturalization of the Mozambique regiment, reserving the official's dignity to the Europeans. However, the various obstacles emerged to the local recruitment will prevent the establishment of a regiment fully composed with the people of the colony.

Key-words: Mozambique; Portuguese colonial army; sepoys; African soldiers.

Introdução

Depois das expedições enviadas de Portugal, no final do século XVI e no início do século XVII, visando implantar projectos de ocupação territorial associados à exploração das minas de ouro e prata, os contingentes militares chegados a Moçambique foram sendo reduzidos. Durante Setecentos, com o Brasil a atrair a maior parte dos que saíam de Portugal, os reforços militares chegados à colónia foram cada vez mais escassos. A situação era tanto mais dramática quanto os soldados europeus eram devastados por uma elevada mortalidade. Nestas circunstâncias, as autoridades de Moçambique tentaram encontrar outras fontes de recrutamento militar, oscilando entre os cipaios da Índia e os naturais da colónia. Neste texto, examinam-se as diversas facetas desse processo, que sustentaria uma produção discursiva tendente a validar a superioridade do recrutamento local e a ensaiar uma política de naturalização do exército colonial em Moçambique.

A capitania de Moçambique

Tendo integrado o Estado da Índia desde a sua criação, a capitania de Moçambique transitou, em 1752, para a dependência directa de Lisboa. Por esta altura, a colónia dispersava-se por alguns territórios isolados no litoral e pela vasta região continental dos Rios de Sena. A capital localizava-se na ilha de Moçambique, cuja centralidade política se afirmara em função das óptimas condições do seu porto, usado como escala dos navios da carreira da Índia e centro distribuidor do comércio com o sertão. A exiguidade insular era, de certa maneira, suprida pelo domínio de uma também estreita faixa de território na Terra Firme, onde sobressaíam as povoações de Mossuril e das Cabaceiras, a Grande e a Pequena. Para o norte, localizavam-se as ilhas de Querimba. Ao sul, ficavam os portos de Inhambane e Sofala, com diminutas áreas territoriais. A dilatada região dos Rios de Sena, também ao sul da ilha, estendia-se ao longo do rio Zambeze, penetrando em direcção ao sertão, que desde Quinhentos atraíra os perseguidores do ouro e da prata do celebrado império do Monomotapa. Os principais centros urbanos encontravam-se ao longo do rio: Quelimane, o porto no delta, Sena, a capital dos Rios, e Tete, a povoação mais setentrional, para onde foi transferida a capital em 1767. Encravadas em território de Estados africanos, localizavam-se as principais feiras do ouro, o Zumbo, na confluência dos rios Zambeze e Aruângua, e Manica, no planalto a oeste de Sena. No vale do Zambeze, a administração portuguesa controlava uma larga área, as Terras da Coroa, ainda que, por vezes, esse domínio fosse apenas formal. Esta região estava dividida em extensos prazos, concedidos em três vidas aos moradores, de origem portuguesa, goesa e mestiça, os quais pagavam à Coroa um foro anual em ouro. Não obstante, tal como ocorria nos portos, a principal actividade dos senhores dos Rios era o comércio, completado aqui pela exploração mineira. De facto, embora a agricultura ocupasse estas terras, sobretudo na fértil região do delta, o principal interesse desta élite era o controlo da população africana aí residente ou para aí transferida. Dividindo-se entre escravos e livres, estes designados colonos, os africanos forneciam a mão-de-obra usada nas actividades domésticas, económicas e militares, realizadas dentro e fora dos prazos. Para além de força de trabalho, o domínio dessas populações facultava à élite de foreiros a possibilidade de

arrecadar diversas prestações, que iam desde as provenientes do direito de ocupação da terra às resultantes do exercício da justiça.

O governo da colónia estava confiado a um capitão-general, cuja autoridade se exercia sobre administradores subalternos. A região dos Rios de Sena constituía um governo entregue a um tenente-general, que, apesar de dependente do governador-geral, desfrutava de uma dilatada autonomia. As várias povoações - desde os portos do litoral aos estabelecimentos dos Rios de Sena - eram administradas por capitães-mores, que exerciam igualmente funções judiciais. No âmbito das reformas pombalinas, em 1763 e 1764, os principais estabelecimentos portugueses foram elevados a vilas e dotados de senados municipais, enquanto, na maior parte dos casos, os capitães-mores foram substituídos por comandantes. Nos Rios de Sena, os senhores dos prazos conservavam um imenso poder, embora mais mitigado do que no século precedente, exercendo jurisdição sobre as populações africanas residentes nas suas terras¹.

Rodeada de Estados africanos e assediada por concorrentes europeus, a colónia portuguesa vivia em frequente sobressalto militar. As situações de mais intenso conflito ocorriam na Terra Firme da ilha de Moçambique e na região dos Rios de Sena. O continente fronteiro à ilha era habitado pelas pequenas chefaturas de macuas e suaflis, estas constituindo há muito núcleos populacionais islamizados, denominados mouros pelos portugueses, com ligações com outros entrepostos arabizados da costa. Durante Setecentos, os afrontamentos bélicos foram recorrentes, associados sobretudo ao crescimento do tráfico de escravos. A região dos Rios de Sena, por

¹ HOPPE, Fritz. *A África Oriental Portuguesa no tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970; BOTELHO, José Justino Teixeira. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique da descoberta a 1833*. Lisboa: Centro Typografico Colonial, 1934; LOBATO, Alexandre. *Evolução administrativa e económica de Moçambique. 1752-1763*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957; LOBATO, Alexandre. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962; ISAACMAN, Allen. *Mozambique: the Africanization of a European Institution. The Zambezi Prazos. 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972; NEWITT, M.D.D. *Portuguese settlement on the Zambezi*. London: Longman, 1973; NEWITT, Malyn. *A history of Mozambique*. London: Hurst & Company, 1995; CAPELA, José. *Donas, senhores e escravos*. Porto: Afrontamento, 1995; RODRIGUES, Eugénia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII*. Universidade Nova de Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História, 2002.

seu lado, estava entalada entre os Estados karangas emergentes do lendário império do Monomotapa, ao sul do Zambeze, e os Estados maraves, ao norte. A Mukaranga, o Estado identificado com o Monomotapa, era governada pelos *mutapa*. As linhagens dominantes lutavam entre si pelo poder e desafiavam continuamente os portugueses dos Rios de Sena com os seus exércitos de combatentes, os *vanyai*². Situação idêntica ocorria em relação aos outros Estados karangas circunvizinhos, como o Barue, Manica e Quiteve. No século XVIII, os Estados maraves do Kalonga, Lundu e Undi não constituíam uma ameaça militar para os portugueses, embora ocorressem confrontos esporádicos com as chefaturas localizadas na margem norte do Zambeze³.

Em meados de Setecentos, os efectivos previstos para o regimento da praça de Moçambique, donde eram retirados os destacamentos para guarnecer várias povoações da colónia, cifravam-se em 300 homens. Em 1760, a guarnição foi elevada para 10 companhias e no ano seguinte para 11. Os soldados chegavam principalmente de Portugal, de Goa e, na segunda metade da centúria, do Brasil, na sua maioria, como degradados. Contudo, os reforços enviados para Moçambique eram, em geral, diminutos e, mesmo procedendo ao recrutamento local, raramente o regimento estava completo. Os novos recrutas eram insuficientes para substituir os inúmeros doentes e mortos, bem como os que abandonavam o exército para se estabelecerem na colónia ou se evadiam, nomeadamente para Goa. De facto, os baixos soldos, ainda mais minguados na colónia, onde valiam os réis fracos, obstavam à sobrevivência dos militares, que procuravam outras ocupações quando não a deserção. Acresce que era dos contingentes de militares chegados à colónia que saíam os colonizadores, pelo que os governadores-gerais, em geral, não se opunham e, em alguns casos, incentivavam os soldados a estabelecerem-se, largando o exército.

2 Os *vanyai* eram os soldados dos *mutapa*, designados “munhais” na documentação portuguesa.

3 Para uma visão geral desses conflitos, ver NEWITT, M. *A history...*; RODRIGUES, E. *Portuguese e Africanos...* Para os confrontos no litoral da ilha de Moçambique, ver HAFKIN, N. *Trade, society and politics in Northern Mozambique*. Boston University, PHD Thesis, 1973. Em relação aos karangas, ver MUDENGE, S.I.G. *A political history of Munhumutapa c. 1400-1902*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988; BEACH, D. *The Shona and the Zimbabwe 900-1850*. London: Heineman; New York: Africana; Gwelo: Mambo Press, 1980.

Na sequência da autonomia em relação ao Estado da Índia, foi enviada do reino uma expedição de 376 soldados e oficiais, dos quais chegaram 315 a Moçambique, elevando para 372 homens a guarnição da praça. Mas, logo em 1753, parte desse contingente foi morto na Terra Firme, num confronto com os macuas. Nos anos seguintes, os soldados disponíveis estiveram sempre abaixo dos efectivos previstos. As acções militares desencadeadas pelos portugueses contavam, porém, com a participação de exércitos africanos. Na Terra Firme da ilha de Moçambique eram forjadas alianças, muitas vezes conjunturais, visando obter os serviços das várias chefaturas vizinhas. O mesmo podia acontecer nos Rios de Sena, mas nesta região a grande parte da mão-de-obra militar ao dispor da administração era angariada junto dos senhores dos prazos. Estes, disposto de largos contingentes de dependentes, eram obrigados a fornecer os seus exércitos, constituídos principalmente por escravos, os *achikunda*, mas também por africanos livres⁴.

A defesa dos Rios de Sena: cipaios da Índia ou patrícios da terra?

Na década de 1760, evidenciavam-se as fragilidades militares portuguesas nos Rios de Sena. Diversos chefes de linhagem, sobretudo na Mukaranga, designados “príncipes” pelos portugueses, mantinham exércitos de *vanyai* que disputavam o poder e hostilizavam os domínios portugueses, atingindo em particular o distrito de Tete. As guerras civis transferiam-se para as Terras da Coroa, enquanto as caravanias comerciais, mormente as que se dirigiam à importante feira do Zumbo, eram continuadamente assaltadas.

Nesta região, o exército regular português limitava-se a uma companhia destacada do regimento de Moçambique para guarnecer Sena, como

⁴ Sobre a situação do regimento, ver HOPPE, F. *A África Oriental...*, p. 68-70; BOTELHO, J. J. T. *História Militar...*, p. 425-437; LOBATO, A. *Evolução administrativa...*, p. 101-128.

guarda do tenente-general e governador dos Rios. Como os militares chegados à região eram em número diminuto para preencher os efectivos, estes eram também angariados a nível local, geralmente entre os mestiços da região, denominados patrícios. Ainda assim, os soldados prontos não chegavam freqüentemente aos 50 efectivos, dos quais 10 eram destacados para a feira de Manica⁵. Em Tete, estava sediado o presídio do *zimbabwe*⁶, um corpo militar com cerca de 30 elementos mobilizados localmente, o qual fora criado no princípio do século XVII para exercer funções de guarda do *mutapa*. Na verdade, com as guerras contínuas na Mukaranga, o papel do presídio, nesta altura, reduzia-se a uma viagem anual ao *zimbabwe* para entregar ao *mutapa* os presentes enviados pela Coroa portuguesa⁷. Existiam, também, os terços de auxiliares, que, por exemplo, em 1782, totalizavam 49 homens em todas as vilas, e as ordenanças, com quatro oficiais nomeados, na mesma altura. Na verdade, a reduzida dimensão das forças portuguesas nos Rios de Sena não significava necessariamente uma fraqueza, pois as acções militares eram travadas principalmente pelas tropas africanas dos senhores dos prazos, nomeadamente os *achikunda*⁸. Não obstante, com a progressiva profissionalização dos soldados da Mukaranga a partir do final do século XVII, era cada mais difícil mobilizar os africanos das Terras da Coroa para combater os temidos *vanyai*.

Perante a crescente instabilidade político-militar na região, em 1762, o governador dos Rios de Sena, Marco António de Azevedo Coutinho Montaury, que servira vários anos em Goa, propôs a importação de corpos de cipaios da Índia. Aqui existia uma já longa tradição de recrutamento de

5 Carta do governador dos Rios António Manuel de Melo e Castro para o secretário de Estado, 4 de Junho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 52; BOTELHO, J. J. T., *História Militar...*, p. 426, 477; LOBATO, A. *Evolução administrativa...*, p. 117-119.

6 *Zimbabwe* era a denominação da corte do *mutapa* e dos restantes chefes dos Estados karangas.

7 “Instrução para por ella se reger o governador dos rios de Sena e suas conquistas ou quem seu lugar fizer”, 9 de Maio de 1763; “Regimento Instrucçoem dos capitães mores do Prezidio do Zimbaboe”, 19 de Abril de 1771 in *Memorias e documentos ácerca dos direitos de Portugal aos territorios de Machona e Nyassa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 190-195; 211-215.

8 RODRIGUES, Eugénia. “A africanização da guerra nos Rios de Sena no Século XVIII” in XXIV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR. A Guerra e o Encontro de Civilizações a partir do Século XVI. *Actas*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, p. 702-715.

soldados naturais, designados lascarins ou cipaios⁹, para as forças regulares do exército português. O governante argumentava com os altos custos do transporte das tropas europeias, desperdiçadas em Moçambique pelas elevadas taxas de morbilidade e mortalidade. Considerou inviável o recurso aos “filhos da terra”, os patrícios, dadas as desconfianças suscitadas pela sua lealdade política. A favor dos cipaios salientou a experiência militar adquirida nos combates nos matos, com armas de fogo e rodelas, apropriadas para acometer os inimigos na África Oriental. Prevenindo a possibilidade de estes soldados, maioritariamente hindus e muçulmanos, difundirem a sua religião entre a população africana, o tenente-general advogava que fossem escolhidos apenas entre os católicos. Os duzentos cipaios, formados em quatro companhias, cada uma com dois oficiais, distribuir-se-iam por Sofala, Inhambane, Sena e Mossuril¹⁰.

Este projecto propendia, assim, para resolução num quadro regional do problema da escassez de soldados no reino e da sua, agora, sugerida ineficácia nas guerras de África. Durante os séculos anteriores, o alistamento de indivíduos de Goa, luso-indianos ou canarins católicos¹¹, para servirem em Moçambique fora comum, atento não só o facto de esta colónia integrar o Estado da Índia, como também o constante fluxo de mercadorias e de gente entre as duas margens do Índico. Porém, pela primeira vez, era formulado um projecto de substituição, ao menos parcial, das tropas do reino por soldados indianos. Era igualmente inédita a interrogação, ainda velada, sobre a eficiência das tropas europeias em África. Tais ideias iriam progredir ao longo da centúria, desembocando na defesa da completa naturalização do exército regular de Moçambique, com a reserva das chefias para os militares europeus.

⁹ Sipai, cipai – “Soldado indígena disciplinado e fardado quásí à europeia, na Índia e África Portuguesa; fâmulo fardado, que acompanha ou faz recados”. Do persa *sipahi*. O termo aparece registrado a partir de 1728, equivalendo aos mais antigos lascarim e peão. DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919-1921, (2 v.). Por esta altura, em Moçambique, as grafias mais comuns eram “cipaio” e “sipaio”.

¹⁰ Carta do governador dos Rios Marco António A. Coutinho Montaury para o governador-geral Pedro Saldanha de Albuquerque, 12 de Dezembro de 1762, AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), cód. 1321, fls. 43-44.

¹¹ O termo canarim deriva de canaras, os naturais do reino de Canarã, para lá dos Gates, mas os portugueses aplicavam-no aos habitantes de Goa, que eram concani-maratas. A designação canarim passou a ser cada vez mais aplicada à população cristã de Goa, já que os hindus tenderam a abandonar a região, depois da conquista portuguesa.

A proposta de Montaury foi secundada pelo governador-geral Pedro de Saldanha de Albuquerque (1758-1763) e encontrou acolhimento na corte, donde seguiram ordens para o vice-rei da Índia, D. Manuel de Saldanha de Albuquerque, remeter soldados para Moçambique. Eles deveriam ser rendidos no fim da sua comissão e seriam autorizados a transportar as mulheres¹². Todavia, o processo foi retardado em Goa, cuja administração de frontava igualmente inimigos em várias frentes e dificuldades em recrutar soldados para servirem em Moçambique por baixos soldos¹³.

A ideia de importar cipaios indianos foi, entretanto, ganhando força junto da administração de Moçambique. O novo governador-geral, João Pereira da Silva Barba (1763-1765), subiu para seiscentos o número de soldados necessários na colónia. Diferentemente dos anteriores projectos de reforço das tropas regulares, avançados com o intuito de escudar as posições detidas pelos portugueses, o governador pretendia alargar a soberania portuguesa no sertão. O seu plano apontava para a urgência de impor aos Estados africanos limítrofes o pagamento de um tributo, um dente de marfim, de reduzido significado económico, mas de relevante valor simbólico. Visava-se que os chefes africanos mostrassem, assim, o sinal da “obediencia que devem dar aos Portuguezes por ser este meyo conforme o estylo cafrial”. E, não descartando a utilização dos soldados indianos, Silva Barba sugeriu antes a ida de paulistas do Brasil, cuja actividade sertaneja nas minas os habilitaria a enfrentar os perigos no interior da África Oriental. A preferência pelos paulistas alicerçava-se na religião, um argumento que percorreria todo o debate sobre a deslocação de tropas para Moçambique. O cristianismo dos brasileiros era alardeado como um trunfo face ao islamismo ou ao hinduísmo dos indianos¹⁴. No entanto, a proposta relativa aos paulistas foi considerada infactível por Lisboa, que manteve a determinação de remeter para a colónia os cipaios da mais próxima Índia¹⁵.

12 Carta do secretário de Estado para o governador-geral João Silva Barba, 28 de Março de 1763, AHU, cód. 1327, fl. 61.

13 As dificuldades relacionar-se-iam com o facto de os cipaios serem casados, não ganhando em Moçambique o suficiente para sustentar as famílias. BOTELHO, J. J. T. *História Militar...*, p. 451.

14 Carta do governador João da Silva Barba para o secretário de Estado, 18 de Agosto de 1764, AHU, cód. 1321, fls. 140v-145v.

15 Carta do secretário de Estado para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 22 de Abril de 1766, AHU, cód. 1326, fls. 112-113.

O governador-geral Baltazar Pereira do Lago (1765-1779) expôs, mais uma vez, a débil situação militar da colónia. Elencando as derrotas sofridas desde meados do século, concluía que o domínio português era cada vez mais periclitante. Em consequência, os africanos controlavam os fluxos comerciais, reduzidos aos resgates e aos preços por eles consentidos. Avançando em relação às propostas dos seus antecessores, o governador advogava mesmo a substituição temporária do regimento de Moçambique por quinhentos cipaios, que seriam auxiliados pelos exércitos africanos dos moradores dos Rios. Enquanto os soldados reinóis não resistiam ao sol, à diferença alimentar e às marchas forçadas, os cipaios facilmente penetrariam nos matos. Estavam habituados a rompê-los na Índia com a espada, a rodelha e a caitoca¹⁶ e podiam “alimentar se com o sofrimento da fome, e sede, e frutos dos mesmos matus custumados a estes clymas que facilmente os não offendem”¹⁷. Ia-se, deste modo, construindo uma representação dos cipaios como especialmente aptos para a guerra do mato, imagem que assentava no pressuposto da similaridade dos *habitats* indiano e moçambicano e, portanto, na fácil acomodação dos soldados indianos à ecologia da África Oriental.

Embora evidenciando a precariedade de toda a colónia, Pereira do Lago enfatizava a deplorável situação dos Rios de Sena. As Terras da Coroa do distrito de Tete tinham sido invadidas pelos karangas, daí resultando uma contracção do domínio territorial. Na região onde se processava a grande parte do volume de negócios, os moradores pagavam pesados tributos aos *vanyai* para fazerem comércio. Para além da sobrevivência material da colónia, estava em causa o crédito das armas portuguesas. Além disso, o governador considerava que a elite dos Rios, acomodada à situação, era incapaz ou não queria combater os *vanyai*. Ainda que reconhecendo o valor dos exércitos dos senhores dos prazos, Pereira do Lago estava convicto da sua ineficácia numa guerra offensiva contra os temidos karangas. Nestas circunstâncias, os moradores resignavam-se ao pagamento de tributos aos

16 Caitoca – mosquete raiado, comprido e com vareta de ferro. Do concani *kaytac*. DALGADO, S. R. *Glossário...*

17 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o secretário de Estado, 20 de Agosto de 1766, AHU, cód. 1321, fls. 193-195. Ver também Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o secretário de Estado, 12 de Agosto de 1766, AHU, cód. 1321, fls. 187v-189v.

chefes africanos, o que o governador associava a uma “a huma servidão cafrial a troco de tão poucos interesses”¹⁸. Tolhidos por um “horror panico”, os moradores dos Rios e os seus soldados africanos estavam impedidos de responder adequadamente à avançada karanga¹⁹.

Encarando a demora do governo de Goa como uma retaliação pela recente autonomia de Moçambique, cujos habitantes se teriam tornado “odiozoz” para a antiga capital²⁰, Pereira do Lago aumentou a pressão para obter uma resposta da Índia. Ordenou ao governador dos Rios de Sena, ao comandante militar e à câmara municipal de Tete para fazerem representações, expondo a adversa conjuntura militar e reclamando a residência na vila de uma companhia de cipaios²¹. Na posse desses documentos, na monção de 1766, o governador-geral contactou Goa a demandar 60 cipaios católicos e sete oficiais. A companhia ficaria aquartelada em Tete, destinando-se a defender a povoação e a comboiar as caravanas da feira do Zumbo. Ao realçar a necessidade de proteger os comerciantes do Zumbo, o governador fazia eco dos clamores contra a real insegurança da feira, mas esse argumento intentava igualmente sensibilizar o governo de Goa, já que as possessões portuguesas da Índia estavam muito dependentes do comércio com Moçambique²².

Não obstante a crítica conjuntura político-militar no sertão, os moradores dos Rios de Sena resistiram à ida dos cipaios, confirmado de certo modo a tese do governador sobre a sua indisponibilidade para combater os karangas. A posição dos senhores dos prazos foi expressa por meio do governador dos Rios, José Caetano da Mota, também ele estabelecido na região. O tenente-general argumentou com a inacessibilidade dos sertões, onde os inimigos facilmente se camuflariam, enquanto os cipaios, estranhos

18 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o comandante de Tete Inácio Octaviano dos Reis Moreira, 12 de Outubro de 1766, AHU, cód. 1325, fls. 146-147.

19 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para Manuel Gomes Nobre, 12 de Outubro de 1766, AHU, cód. 1328, fls. 130-131v; Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o comandante de Tete Manuel Gomes Nobre, 24 de Abril de 1767, AHU, cód. 1328, fl. 158-158v.

20 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o governador dos Rios Marco António Coutinho Montaury, 21 de Abril de 1766, AHU, cód. 1325, fls. 128-132.

21 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o governador dos Rios Marco António Coutinho Montaury, 5 de Maio de 1766, AHU, cód. 1328, fls. 104-105.

22 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o governador da Índia, 20 de Julho de 1766, AHU, Moç., cx. 27, doc. 69; Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o secretário de Estado, 12 de Agosto de 1766, AHU, cód. 1321, fls. 187v-189v.

à região, não conseguiriam persegui-los. Ademais, sendo em número muito inferior ao dos africanos, facilmente seriam derrotados. Por fim, alegou que os cipaios difundiriam o islamismo junto das populações. Em alternativa à solução apresentada pela administração de Moçambique, o tenente-general propôs a constituição de companhias de patrícios, a empregar conjuntamente com os exércitos africanos dos moradores. Alegou que eles eram corajosos e respeitados pelos chefes africanos, dos quais diferiam apenas por serem mais briosos e livres. Acima de tudo, relevou a sua lealdade ao rei, decorrente de servirem a sua pátria, o que constituía um incentivo poderoso ao seu empenhamento nas acções militares. A par desta “natural” motivação, poderiam os patrícios ser aliciados com um soldo de três corjas de fato²³ e a concessão de terras da Coroa, onde estariam prontos com os seus quartéis. Em Tete, essas companhias poderiam ser instruídas pelo coronel Dionísio de Melo e Castro, com muita prática militar, tal como pelo sargento-mor Luís António Pereira Pinto, que servira na Província do Norte. E o tenente-general pedia ao governador a expedição de um bando coagindo todos os moradores a entregarem os patrícios residentes das suas terras para se alistarem nas companhias²⁴.

O governador dos Rios pretendia, assim, capitalizar a inserção dos patrícios na sociedade local para os apresentar como os soldados adequados à região e contestar o recurso aos cipaios. Na verdade, esta proposta não constituía propriamente uma ruptura com a prática de recrutamento militar na região, uma vez que estes “filhos da terra” já eram alistados na companhia de Sena. A novidade consistia na constituição formal de companhias regulares exclusivamente de patrícios. Acresce que a representação dos patrícios decorrente desta argumentação diferia da que lhes estava comumente associada. Com efeito, na altura como posteriormente, era amiúde apontada a sua pertença a dois mundos, africano e português, e questionada a sua fiabilidade política, dado alguns deles se colocarem ao serviço de chefes africanos²⁵. Mas era precisamente a integração dos patrícios na

23 Uma corja tinha vinte panos, a moeda geralmente usada nos Rios de Sena.

24 Carta do governador dos Rios José Caetano da Mota para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 20 de Janeiro de 1767, AHU, Moç., cx. 27, doc. 6.

25 Ver, por exemplo, António Pinto de Miranda, “Memória sobre a Costa de África” (c. de 1766) in ANDRADE, António Alberto Banha de (ed.), *Relações de Moçambique Setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 50-51.

sociedade local, mormente os laços de dependência que os ligavam aos poderosos moradores dos Rios, a constituir um óbice à sua utilização pelo governo, numa altura de construção do centralismo político. De facto, vivendo geralmente na dependência de algum senhor, os patrícios estavam freqüentemente estabelecidos num prazo, onde tinham a sua própria povoação e escravos. Evidentemente, a administração preferia contar com uma força desenraizada e profissional, cuja autonomia em relação aos moradores dos Rios garantisse o cumprimento das ordens enviadas para a região. O recurso aos cipaios tendia igualmente a preencher a necessidade de a administração dispor de um instrumento passível de ser usado contra os senhores dos Rios. Com efeito, com uma diminuta tropa regular, os governadores estavam à mercê dos exércitos africanos dos senhores dos prazos para qualquer acção militar. A resistência dos moradores de Tete à ida dos cipaios foi aparentemente geral e entendida pelo governador como sendo “sugerida pello vicio da vida libertina”²⁶.

Finalmente, em 1767, a companhia de cipaios estava em Moçambique, integrando um capitão, um alferes, dois sargentos e 59 praças, num total de 63 indivíduos²⁷. Comprometido com o êxito da iniciativa, o governador-geral empenhou-se em enquadrar a actividade da companhia por um regimento, de cuja execução foi incumbido o capitão. Contendo também disposições transitórias relativas à viagem, o diploma codificava o tratamento quotidiano dos cipaios, o seu relacionamento com a comunidade local e a sua actividade militar.

O capitão era instruído sobre as diligências relativas ao transporte dos cipaios até o seu destino, mormente sobre a aquisição de mantimentos e embarcações seguras. A instalação dos soldados em Tete era também alvo de cautelas, certamente na expectativa de a tercena para os aboletar, cuja construção fora determinada no ano anterior²⁸, não estar ainda concluída.

26 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o comandante de Tete Manuel Gomes Nobre, 24 de Abril de 1767, AHU, cód. 1328, fl. 158-158v. Ver também Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o capitão do *zimbabwe* José Pimentel Correia, 12 de Outubro de 1767, AHU, cód. 1328, fls. 164v-165.

27 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o feitor dos foros Francisco Brum, AHU, cód. 1328, fl. 155; Lista de pagamentos à companhia de cipaios, 20 de Abril 1767, AHU, Moç., cx. 27, doc. 52.

28 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para Manuel Gomes Nobre, 25 de Outubro de 1766, AHU, cód. 1328, fls. 131v-132; Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o governador dos Rios José Caetano da Mota, 26 de Janeiro de 1767, AHU, cód. 1328, fl. 136v.

Com efeito, os moradores, expressando a sua animosidade, tinham denegado o fornecimento de escravos para a edificação dos alojamentos, que, ademais, foram desterrados para os subúrbios da vila. O governador-geral reagiu firmemente e impôs a sua localização junto do forte, a uma distância não superior a cinqüenta passos. O edifício só seria erguido após a chegada da companhia, tendo, aliás, as violentas cheias do ano seguinte obrigado à sua reconstrução²⁹. Era notório que não se pretendia cortar os laços dos soldados com a comunidade local, mas existia a preocupação de não vexar os moradores com o seu alojamento. Simultaneamente, a concentração num único espaço, em vez da usual dispersão por casas particulares, permitia uma vigilância mais severa, propícia à manutenção da disciplina militar. Entretanto, até a finalização da tercena, os cipaios seriam acomodados em casas dos moradores ou nos armazéns dos antigos edifícios dos jesuítas. Estipulava-se, ainda, o arranчamento dos soldados, tocando ao capitão examinar a capacidade dos cabeças de rancho, de modo a garantir uma nutrição atempada, farta e correspondente aos seus hábitos alimentares. O soldo era fixado em 15 panos mensais, cerca de 7.500 réis, o mesmo que auferiam os restantes soldados³⁰.

Um conjunto de artigos evidenciava o cuidado com o treino e a disciplina militar. A companhia, que chegara de Goa muito mal vestida e mal armada³¹, fora provida em Moçambique com excelentes espadas e espingardas e as munições competentes. Nos Rios, seriam fabricadas braçadeiras com argolas a serem aplicadas como bandoleiras para as espingardas, de modo a facilitar o uso da espada e o cómodo das marchas. Ao capitão cabia zelar pelo asseio e pelo conserto das armas. Estipulava-se que os soldados

29 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o comandante de Tete Manuel Gomes Nobre, 24 de Outubro de 1767, AHU, cód. 1328, fls. 166v, 191v-192v; Carta do juiz ordinário de Tete Luís António Pereira Pinto para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 25 de Janeiro de 1768, AHU, Moç., cx. 28, doc. 9.

30 Os oficiais tinham remunerações análogas às do restante oficialato destacado nos Rios, mas posteriormente foram-lhes atribuídos ordenados mais elevados. Ver, por exemplo, Relação do pagamento para a companhia de cipaios, Relação do pagamento para o presídio de Quelimane, 10 de Abril de 1767, AHU, cód. 1328, fl. 155; Mapa geral da tropa, armamento, artilharia, petrechos e munições das fortalezas e presídios dos Rios de Sena, 4 de Junho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 53.

31 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o secretário de Estado, 19 de Agosto de 1767, AHU, Moç., cx. 27, doc. 86.

seriam treinados amiúde, mas recomendava-se a utilização parcimoniosa dos cartuchos, dado o seu elevado custo em terras tão remotas.

A indumentária dos cipaios era igualmente alvo de regulamentação e apontada como sinal do seu aprumo marcial, numa época em que os soldados do regimento de Moçambique andavam freqüentemente sem farda e esfarrapados. Com efeito, os cipaios apenas estavam autorizados a usar o traje branco regulamentar, “não podendo alterar o dito uniforme de outra qualquer cor que não seja branco”. A farda do oficialato era alvo de indicações mais específicas, compondo-se de casaca verde, com canhão da mesma cor e abotoadura e forro brancos, vesteia e calções brancos e chapéu adornado com um galão de prata. Aparentemente, era seguido o traje branco dos cipaios indianos, enquanto o verde das casacas dos oficiais adoptava a cor tradicional nas fardas da colónia³². A indumentária atribuía, assim, uniformidade visual aos homens da companhia, constituindo-se num critério de diferenciação face aos restantes soldados. A singularização construída deste modo conferia visibilidade aos cipaios, lembrando a outros actores a sua missão na região.

Considerações particulares mereciam os contactos sociais dos soldados indianos com a população dos Rios de Sena. Assim, era recomendado ao capitão que patrocinasse a observância dos preceitos do catolicismo por eles professado. A previsível diferença religiosa fora evocada pela elite dos Rios para se opor a importação de soldados da Índia. Mas o governador, muito crítico do estilo de vida dos moradores, em que encontrava poucas práticas cristãs, esperava que “os bons costumes, e religioza criação dos dittos sipaes” constituíssem um fortíssimo exemplo e a sua presença tivesse um impacto morigerador sobre a sociedade dos Rios. Não tendo admitido que os cipaios fossem relegados para longe da vila, imunes a qualquer forma de sociabilidade local, o governador tentou acautelar a emergência de conflitos com a população. Assim, os oficiais eram incumbidos de

32 A farda do regimento de Moçambique compunha-se de casaca e calções verdes e vesteia encarnada. Um alvará régio de 24 de Março de 1764 modificou o fardamento da colónia, para casaca azul, vesteia e calções brancos, mas, aparentemente, só mais tarde foi executado. ANDRADE, Jeronimo José Nogueira de. “Descripção do Estado em que ficavão os Negocios da Capitania de Mossambique nos fins de Novembro do Anno de 1789 com algumas Observaçoes, e reflecçoes sobre a causa da decadêcia do Commercio dos Estabelecimentos Portugueses na Costa Oriental da Africa” in *Archivo das Colónias*, 1917, vol. I, p. 179-183; BOTELHO, J. J. T., *História Militar...*, p. 455.

vigiarem os soldados para não serem cometidas hostilidades contra os moradores, os escravos e os colonos. Tentava-se, desta forma, acautelar eventuais pontos de conflito com a comunidade local, impedindo que os cipaios se tornassem “odiosos” e comprometessem a sua presença na região.

Finalmente, o regulamento definia as funções da companhia. Permanecendo na dependência do governador dos Rios de Sena, à companhia competia guarnecer a vila de Tete, assegurar a defesa das Terras da Coroa, participar nos ataques contra os chefes hostis e comboiar as cáfilas de mercadores para a feira do Zumbo³³.

Não obstante ter sido objecto de uma elaborada codificação, a instalação dos cipaios em Tete depararia com enormes dificuldades, de resto semelhantes às que afectavam quaisquer soldados deslocados para a colónia. A companhia viajou para os Rios de Sena, em Abril, com o novo governador da região, o tenente-general Inácio de Melo e Alvim. O governante, incumbido do sucesso da expedição, ficou em Quelimane e os cipaios arrastaram-se numa penosa jornada pelo rio Zambeze³⁴. Durante o percurso, faleceram seis indivíduos, depois de a morte ter já atingido um antes de alcançar Moçambique. Apesar de assistidos por um físico, muitos soldados estavam doentes na chegada a Tete. Pouco depois, certamente por economia, o governador-geral suspendeu a administração dos remédios por conta da Fazenda Real. Sem meios para os adquirir, outros cinco cipaios doentes acabaram por perecer. Logo, ecoaram queixas sobre a malignidade do clima, contraditando a imagem construída sobre a fácil ambientação dos indianos ao meio zambeziano³⁵.

A nível nutricional, os cipaios enfrentaram uma adaptação analogamente árdua. O arroz, a base da alimentação na Índia, abundava na região do delta do Zambeze, mas chegava a Tete em pequenas quantidades e muito encarecido pelo transporte. Foi sugerida a sua importação de

33 Regulamento da companhia de cipaios, 15 de Abril de 1767, AHU, cód. 1328, fls. 155v-156.

34 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o capitão do zimbabwe José Pimentel Correia, 12 de Outubro de 1767, AHU, cód. 1328, fls. 164v-165.

35 Carta do capitão dos cipaios Francisco Xavier Gonçalves para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 27 de Janeiro de 1768, AHU, Moç., cx. 28, doc. 11; Cartas do capitão dos cipaios Francisco Xavier Gonçalves para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 30 de Janeiro e 20 de Julho de 1769 in *Inventário do Fundo do Século XVIII* (Introdução, Inventário, Sumários e Transcrições por Caetano Montez), Separata de Moçambique. Documentário Trimestral, n. 72-92, 1958, p. 260-261.

Quelimane e do Luabo, no delta, mas o elevado preço a que o cereal era negociado no sertão tornava-o um género proibido para os soldados. Acresce que perturbações climáticas atingiram os fornecimentos alimentares naqueles anos. Depois de as cheias de 1768 terem destruído parte das colheitas, no ano seguinte, a seca afectou as searas de arroz, que não atingiram um terço da produção esperada³⁶. Os cipaios, disporão apenas dos milhos consumidos na área, padeciam de graves fomes e recorriam a plantas nocivas, acabando por adoecer. Como denunciava o capitão da companhia, os soldos não bastavam para a aquisição de alimentos e medicamentos, numa região onde o transporte encarecia desmedidamente as mercadorias importadas³⁷. Por conseguinte, a fácil acomodação dos cipaios à região dos Rios de Sena, deduzida de provirem de uma região presumivelmente análoga, terá constituído um processo sujeito a dificuldades idênticas às enfrentadas pelos europeus.

Do ponto de vista militar, a qualificação dos cipaios acabou, ousrossim, por ser questionada. Posteriormente, foi alegado que os indivíduos enviados para os Rios não eram soldados, mas begarins, ou seja, jornaleiros e carregadores, faltando-lhes o treino militar, que deveria ser fornecido pelo governo de Moçambique³⁸. A insistência em obter cipaios católicos, quando eles eram geralmente hindus ou muçulmanos, parece ter conduzido o governo de Goa a seleccionar indivíduos pouco habilitados. Já nos Rios, tudo indica que eles eram exercitados, pelo menos, no manejo das armas, apesar da habitual escassez de pólvora e até da falta de cartuxearias para a acomodar³⁹. Ainda assim, a companhia ia cumprindo as tarefas para as quais tinha sido contratada. As caravanias de mercadores do Zumbo eram assisti-

36 Carta do governador dos Rios Inácio de Melo e Alvim para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 24 de Julho de 1769 in *Inventário do Fundo...*, p. 143-144.

37 Cartas do capitão dos cipaios Francisco Xavier Gonçalves para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 28 de Janeiro de 1768, AHU, Moç., cx. 28, doc. 11, e 8 de Julho de 1768, AHU, Moç., cx. 28, doc. 63; Cartas do capitão dos cipaios Francisco Xavier Gonçalves para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 30 de Janeiro e 20 de Julho de 1769 in *Inventário do Fundo...*, p. 260-261.

38 Carta do governador dos Rios António Manuel de Melo e Castro para o secretário de Estado, 4 de Junho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 52.

39 Cartas do capitão dos cipaios Francisco Xavier Gonçalves para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 30 de Janeiro e 20 de Julho de 1769 in *Inventário do Fundo...*, p. 260-261; Carta do governador dos Rios Inácio de Melo e Alvim para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 15 de Fevereiro de 1769 in *Inventário do Fundo...*, p. 124-125.

das por um destacamento de 20 soldados⁴⁰, enquanto algumas acometidas dos *vanyai* contra os prazos da Coroa foram eficazmente rechaçadas⁴¹.

A chegada dos cipaios foi acompanhada por uma reavaliação das forças militares regulares dos Rios de Sena. Pereira do Lago determinara a transferência da companhia de Sena para Tete, o território sob maior pressão militar e para onde fora deslocada a capital, conservando naquela vila um limitado número de soldados portugueses. Mas, após o ingresso dos soldados indianos, redefiniu a composição dos contingentes militares da região em função de critérios económicos, ordenando a desmobilização do destacamento regular⁴². Assim, para além do presídio do *zimbabwe*, geralmente inactivo, a guarnição de Tete ficou circunscrita à companhia de cipaios. Em suma, os soldados importados da Índia com o intuito de reforçar a tropa regular dos Rios acabariam por ocupar o seu lugar. Na verdade, tal opção enquadrava-se nos alvitres já avançados pelo governador-geral a preconizar a substituição do regimento por companhias de cipaios.

Con quanto concedendo aos cipaios um papel central na defesa dos Rios de Sena, os projectos militares emergentes após a autonomia de Moçambique em relação à Índia não excluíam a participação dos naturais da região. Visando à gradual instrução dos patrícios, Pereira do Lago expedira ordens para os “filhos da terra” se irem integrando na companhia para se habituarem à subordinação militar e ao exercício das armas. Em consequência, os cipaios falecidos eram substituídos por patrícios, alegadamente escolhidos entre os mais aptos⁴³. Mas, o debate suscitado pela introdução dos cipaios teve outra consequência. As propostas dos moradores dos

40 Ver, por exemplo, Carta do governador dos Rios Inácio de Melo e Alvim para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 22 de Janeiro de 1769 in *Inventário do Fundo...*, p. 144-145.

41 Foi o caso de um ataque ao prazo Sacumbe, de Manuel Gomes Nobre, no qual pereceram alguns soldados karangas. Carta do governador dos Rios Inácio de Melo e Alvim para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 3 de Fevereiro de 1769 in *Inventário do Fundo...*, p. 115-117.

42 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o governador dos Rios Inácio de Melo e Alvim, 24 de Abril de 1767, AHU, cód. 1328, fls. 158v-159.

43 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o comandante de Tete Manuel Gomes Nobre, 24 de Abril de 1767, AHU, cód. 1328, fl. 158-158v; Carta do capitão do *zimbabwe* José Pimentel Correia para o governador dos Rios Inácio de Melo e Alvim, 28 de Julho de 1768, AHU, Moç., cx. 28, doc. 80; Carta do governador dos Rios Inácio de Melo e Alvim para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 15 de Fevereiro de 1769 in *Inventário do Fundo...*, p. 124-125; Cartas do capitão dos cipaios Francisco Xavier Gonçalves para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 30 de Janeiro e 20 de Julho de 1769 in *Inventário do Fundo...*, p. 260-261.

Rios para o emprego militar dos patrícios traduziram-se na constituição de uma companhia de auxiliares. Por esta altura, ela reunia 100 indivíduos, compreendendo os oficiais – capitão, tenente e alferes – que foram aliciados entre os mais preeminentes. Entre eles, sobressaía o capitão Ciro, um dos patrícios mais ricos da região. Para poder contar com a sua pronta disponibilidade, o governador dos Rios cedeu-lhes um dos prazos da Coroa despovalados na seqüência das incursões karangas. Os soldados combatiam sobretudo com arcos, como era comum na região, embora alguns fossem treinados no uso de armas de fogo. A companhia deve ter alcançado alguma eficácia e, pelo menos, o seu desempenho nos combates com os *vanyai* da Mukaranga, em 1769, foi elogiado pelo governador dos Rios⁴⁴. No entanto, o corpo de auxiliares desfrutou de uma existência efémera, ditada provavelmente pela mesma deserção que atingia as forças permanentes. Em cerca de 1780, a companhia seria restabelecida, com o nome de “Falange Africana”, pelo governador dos Rios António de Melo e Castro, apostado em deixar rasto da sua administração. O empenho colocado na sua eficiência pode ser medido pelo facto de a sua instrução ter sido confiada ao ajudante de ordens do governador, o capitão de granadeiros António José Teixeira Tigre. O governador-geral, perante a falta de soldados pagos e os custos nulos das tropas auxiliares, ordenou a intensificação do alistamento. E viu também uma forma de capitalizar politicamente a medida, apresentando-a à corte como uma novidade⁴⁵.

Após a chegada dos soldados indianos, a administração de Moçambique estava convicta de ter recuperado o prestígio dos portugueses nos Rios de Sena, tendo informado Lisboa sobre a paz reinante no território⁴⁶. Não obstante, a aclamada eficácia da companhia de cipaios seria posta à prova pouco depois. O aumento dos confrontos pelo poder na Mukaranga e entre os karangas e o governo dos Rios acabaria por conduzir

44 Cartas do governador dos Rios Inácio de Melo e Alvim para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 15 de Fevereiro de 1769 e 12 de Julho de 1769 in *Inventário do Fundo...*, p. 124-125,129-131.

45 Carta do governador-geral José Vasconcelos e Almeida para o governador dos Rios António de Melo de Castro, 16 de Maio de 1780, cx. 33, doc. 85; Atestação passada pelo governador-geral António de Melo e Castro, 15 de Maio de 1783, AHU, Moç., cx. 69, doc. 48.

46 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o secretário de Estado, 8 de Agosto de 1769, AHU, Moç., cx. 29, doc. 47.

as forças portuguesas a mais um desastre militar. No final de 1767, o “príncipe” Ganyambadzi tornara-se *mutapa* em oposição a vários competidores. No entanto, dois anos depois, foi destituído pelo seu principal rival, Changara. Os combates pela liderança do Estado dos *mutapa* obstruíram as rotas para a feira do Zumbo, encarecendo o transporte de mercadorias com o pagamento de taxas aos vários chefes, em disputa por bens de prestígio para recompensar os seus partidários⁴⁷. O governador dos Rios, Inácio de Melo e Alvim, decidido a enfrentar os chefes africanos, lançou um bando proibindo o comércio com Changara e Ganyambadzi. Para atalhar qualquer iniciativa dos moradores, que não raro encontravam canais para continuar a negociar, contrariando a política da administração, declarou inconfidentes os que violassem o interdito. Retaliando contra a suspensão generalizada do comércio, Ganyambadzi atacou as terras de Tete⁴⁸. Em resposta, em agosto de 1770, o governador dos Rios ordenou um assalto às forças do antigo *mutapa*. Provavelmente devido à oposição dos moradores à política delineada, os seus soldados africanos não participaram nos combates, pelo que o exército português ficou reduzido à companhia de cipaios e ao presídio do *zimbabwe*. Ademais, o tenente-general não teria fornecido pólvora e munições em quantidade adequada e a batalha redundou numa deplorável derrota das forças portuguesas. Dos mais de sessenta homens perecidos na ofensiva, a grande parte pertencia à companhia de cipaios⁴⁹.

As perturbações causadas no comércio pelo estado hostil das relações com os karangas justificaram a deslocação do governador-geral Pereira do Lago aos Rios de Sena, no ano seguinte. Perante o desbaratamento da companhia, o governador completou-a com soldados portugueses que o tinham acompanhado e com alguns patrícios. A companhia conservou o nome de cipaios, mas Pereira da Lago integrou-a no regimento, atribuindo-lhe o fardamento e as funções dos restantes soldados infantes⁵⁰. Na mesma

47 Sobre as lutas pelo poder entre os sucessivos *mutapa*, ver MUDENGE, S. I. G. *A political history...*, p. 311-347; BEACH, D., *The Shona...*, p. 143-151.

48 Carta do governador dos Rios dos Rios Inácio de Melo Alvim para o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, 23 de Janeiro de 1770 in *Inventário do Fundo...*, p. 146-149; Representação dos moradores de Tete ao governador-geral Baltazar Pereira do Lago, s/d, [1771], AHU, Moç., cx. 67, doc. 13.

49 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o secretário de Estado, 20 de Agosto de 1771, AHU, cód. 1332, fls. 70v-72; Representação dos moradores de Tete ao governador-geral Baltazar Pereira do Lago, s/d, [1771], AHU, Moç., cx. 67, doc. 13.

50 Cartas do governador dos Rios António Manuel de Melo e Castro para o secretário de Estado, 15 de Julho de 1780, AHU, Moç., cx. 34, doc. 6, e 4 de Junho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 52.

altura, regulou também o presídio do *zimbabwe* como as outras companhias de tropa paga, tentando aumentar a sua eficácia. Os soldados deveriam exercer uma efectiva acção militar no *zimbabwe*, mas, com a persistência das guerras na Mukaranga, mantinham-se em Tete, deslocando-se, quando a situação militar o permitia, à corte dos *mutapa*⁵¹.

A actividade dos soldados asiáticos não revelara, portanto, uma eficácia superior à dos reinóis. Não obstante, o governo de Moçambique insistiu em ver os cipaios como o melhor instrumento para enfrentar os problemas militares dos portugueses na colónia. Em 1773, após seis anos de serviço, a companhia, ou o que restava dela, deveria ser substituída. No ano anterior, Pereira do Lago remetera quatro mil cruzados ao vedor da Fazenda do Estado da Índia para o engajamento e transporte de duas companhias destinadas a Tete e a Sofala. O governador convencera-se, entretanto, de que os cipaios, além de mais adequados ao meio moçambicano, representavam uma economia em relação aos soldados reinóis. Ademais, estes não só escasseavam como eram arrebanhados entre os piores degredados. Não obstante, o governo da Índia recusou o envio de novos combatentes⁵² e, presumivelmente, os sobreviventes do contingente chegado em 1767 regressaram à Índia. Com efeito, pouco se sabe acerca do percurso destes homens. Aparentemente, apenas o sargento Nicolau Pascoal da Cruz, um siamês que pisara pela primeira vez a colónia na nau de transporte dos jesuítas expulsos para Portugal, se estabeleceu nos Rios de Sena, integrando a elite da região. A sua notoriedade, todavia, deveu-se a ter sido o progenitor de uma linhagem que estaria na origem de notáveis desastres do exército português, durante Oitocentos⁵³.

51 Em 1771, os efectivos foram fixados em capitão-mor, capitão-tenente, alferes, dois sargentos, vinte e três soldados, capelão e língua. Regimento e instruções dos capitães-mores do presídio do *zimbabwe*, 19 de Abril de 1771 in *Memorias e documentos...*, p. 211-215.

52 Cartas do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o secretário de Estado, 14 de Agosto de 1772, AHU, cód. 1332, fl. 76-76v, e 12 de Outubro de 1777, AHU, cód. 1332, fls. 251v-252.

53 No início da centúria, o seu filho António José da Cruz, acusado de traição, foi executado na ilha de Moçambique, depois de o *mutapa* Chifombo ter desbaratado uma expedição portuguesa e morto o governador dos Rios, António Norberto de Vilas Boas Truão. Na década de 1860, um outro seu descendente, António Vicente da Cruz, celebrizado como o Bonga, resistiu a sucessivas campanhas do exército colonial, que integrou corpos expedicionários de Portugal e da Índia, deslocados para o território para o combater. Sobre estas expedições, ver ECA, Filipe Gastão de Almeida de, *História das Guerras do Zambeze*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1953 (2 v.).

A substituição das tropas do reino dividira a administração de Moçambique e os moradores dos Rios de Sena, aquela insistindo no recrutamento na Índia, estes manifestando-se pelo emprego dos patrícios do país. A solução imposta pelo governo-geral acabaria por redundar num fiasco, seja pela incompetente utilização dos cipaios enviados da Índia, seja pela sua própria impreparação militar. Face à incapacidade da administração da Índia para renovar o contingente de cipaios, o caminho seguido para assegurar o recrutamento militar foi o apontado pelos moradores. Em 1784, dos 46 soldados da chamada companhia de cipaios, apenas sete eram oriundos de Goa, certamente canarins. Dos outros, seis tinham chegado do reino e 33 eram recrutados entre os naturais da região. Não foi indicada a naturalidade dos restantes 12 elementos, onde se incluíam os oficiais, o cirurgião-mor e o tambor⁵⁴.

A disciplina militar a disseminar nos Rios de Sena pelo exemplo do profissionalismo dos cipaios também não se revelou um êxito. As posteriores informações sobre as forças regulares da região, mormente as relativas à companhia de cipaios, enfatizavam a sua incompetência e o seu desleixo. Numa época em que se firmavam ideias sobre a imperiosidade de uma estrita disciplina dos actores bélicos, soldados e, sobretudo, oficiais eram recriminados pela sua ignorância da arte militar. Não distinguindo a direita da esquerda, os soldados estavam incapacitados de usar apropriadamente as armas e de obedecer às formações tácticas, enquanto aos oficiais faltava a instrução militar. Na década de 1780, governador dos Rios António de Melo e Castro defendia mesmo não haver necessidade de aumentar os efectivos na região antes de disciplinar os existentes. E lamentava o deplorável estado das tropas, apesar de todo o seu empenho em as regularizar⁵⁵. Na verdade, a evolução das teorias militares na Europa fazia recair sobre os soldados da região o ónus da incompetência, mas aparentemente a presença dos cipaios não trouxe qualquer acréscimo de profissionalismo ao exército dos Rios de Sena.

54 Mapa geral da tropa, armamento, artilharia, petrechos e munições das fortalezas e presídios dos Rios de Sena, 4 de Junho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 53.

55 Ver, por exemplo, Carta do governador dos Rios António Manuel de Melo e Castro para o secretário de Estado, 4 de Junho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 52; Instrução do governador-geral António Manuel de Melo e Castro ao governador dos Rios José Álvares Pereira, 30 de Janeiro de 1786, AHU, cód. 1358, fls. 52v-56.

O processo de naturalização do exército de Moçambique, mesmo que através da intentada angariação de soldados no quadro do Índico, prosseguia o seu caminho. No caso dos Rios de Sena, a reflexão sobre as tropas a empregar tendeu a sustentar a posição dos moradores e a afirmar a ideia da superioridade do recrutamento local. O governador dos Rios António de Melo e Castro, por exemplo, argumentava sobre a inutilidade dos cipaios e a vantagem de aliciar os patrícios da terra. Relevava, porém, a conveniência de mobilizar oficiais portugueses “para os animar, e influir o brio, que nelles falta, porque são por natureza froxos e abatidos do espirito”. A ideia da valentia dos patrícios, arvorada antes pelos moradores para validarem o recrutamento local, fora sobrepujada pela representação da indolência, que, no entanto, podia ser combatida com adequadas chefias europeias. Não obstante, Melo e Castro era um crítico intransigente dos reinóis remetidos para a região, os quais acusava de serem “degradados pela maior parte por crimes enormes, e maos procedimentos”, não só os chegados directamente do reino, como também os que, reincidentes, eram desterrados da ilha de Moçambique para os Rios. O governador, que também experimentara o degredo em Angola, advogava o envio de militares que se distinguissem pelo seu comportamento intocável e pudessem constituir-se como o esteio da colonização⁵⁶. Em suma, o recrutamento local emergia como alternativa, quer aos soldados europeus, quer aos cipaios indianos.

Macuas e suaílis na companhia de cipaios da Terra Firme

A reforma do exército ocorrida em Portugal em 1763, sob a égide do conde de Lippe⁵⁷, seria transposta para Moçambique em 1779. O capitão de

56 Carta do governador dos Rios António Manuel de Melo e Castro para o secretário de Estado, 4 de Junho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 52; Instrução do governador-geral António Manuel de Melo e Castro ao governador dos Rios José Álvares Pereira, 30 de Janeiro de 1786, AHU, cód. 1358, fls. 52v-56.

57 Sobre a reforma no reino, ver BEBIANO, Rui. “A arte da Guerra. Estratégia e Táctica” in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). *Nova História Militar de Portugal*, s/ l, Círculo de Leitores, 2004, p. 133-135, 146-147; COSTA, Fernando Dores, “Guerra no tempo de Lippe e de Pombal” in BARATA, M. T. e TEIXEIRA, N. S. (dir.). *Nova História Militar...*, p. 346-347.

granadeiros Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, promovido a tenente-coronel do regimento da praça de Moçambique, foi incumbido de a executar. Para tal, foram enviados nesse ano e nos seguintes vários oficiais e cerca de quatro centenas de soldados, parte deles tirados dos regimentos do reino, tendo os efectivos sido elevados para 1.169 homens⁵⁸. A missão do tenente-coronel consistia em reorganizar e disciplinar o regimento da colónia, de acordo com a reforma de 1763. O novo regulamento adoptado para a praça de Moçambique estipulava minuciosamente as actividades do regimento, incluindo as formaturas, os períodos de exercício, as refeições, o descanso, a higiene pessoal e a assistência ao serviço religioso, não esquecendo o silêncio⁵⁹.

Mas, as expectativas colocadas na reorganização do regimento moçambicano com soldados europeus e segundo o modelo transposto do reino foram sendo defraudadas. Independentemente dos resultados dessa reestruturação, que mereceu apreciações tanto críticas como elogiosas⁶⁰, a elevada mortalidade ocorrida nos primeiros anos de 1780, na seqüência de epidemias de malária, dizimou parte da soldadesca chegada de Portugal e os contingentes já existentes na ilha. Simultaneamente, a intervenção das tropas era cada vez mais requerida na Terra Firme da ilha de Moçambique, onde o acelerado incremento do tráfico de escravos, em disputa com os franceses, ocasionava repetidos confrontos com as chefaturas macuas e suaflis. Reavivou-se, então, a discussão sobre o recrutamento das tropas do regimento moçambicano.

Tanto o novo governador-geral, José Vasconcelos e Almeida (1779-1781), como o comandante do regimento, o tenente-coronel Maia Vasconcelos, se inclinaram para a contratação de cipaios indianos, replicando argumentos antigos. Ambos sustentaram a inadequação das tropas europeias aos combates nos matos que constituíam o palco de guerra. Os reinóis

⁵⁸ Alvará régio, 18 de Março de 1779; Relação dos oficiais do regimento do conde de Lippe que vão para Moçambique, 20 de Março de 1779, AHU, Moç., cx. 32, doc. 78; BOTELHO, J. J. T., *História Militar...*, p. 454.

⁵⁹ Carta do comandante do regimento de Moçambique Vicente Caetano da Maia Vasconcelos para o secretário de Estado, 18 de Agosto de 1780; Regulamento do regimento da praça de Moçambique, s/d [1779], AHU, Moç., cx. 34, doc. 38.

⁶⁰ O elogio do regimento foi feito pelo francês Diogo Jacques Miles de Noyers. BOTELHO, J. J. T. *História Militar...*, p. 448. Para as apreciações negativas, ver ANDRADE, J. J. N. de. “Descrição do Estado...” in *Archivo das Colónias*, 1917, v. 1, p. 173-179.

desconheciam as técnicas e as estratégias militares africanas e eram importantes para aplicar naquele meio as empregadas na Europa. Ademais, apesar de ter comunicado à corte o êxito da reorganização do regimento, o próprio comandante acusava os soldados reinóis de malfeiteiros e indisciplinados. Enquanto isso, argumentava-se que os cipaios asiáticos estavam acostumados a combater em espaços análogos, tendo a vantagem de usar armas de fogo. Finalmente, não só eram mais baratos, como também mais acessíveis, podendo circular entre os portos indianos e Moçambique nos barcos anuais. O comandante do regimento propôs a angariação de cipaios de Damão, enquanto o governador-geral preferiu os de Diu⁶¹.

As tropas asiáticas acabariam por ser enviadas para Moçambique, não para acudir aos recorrentes conflitos na Terra Firme, mas para se dirigirem a Lourenço Marques, onde os austriacos da Companhia Asiática de Trieste tinham instalado uma feitoria⁶². Os portugueses negociavam na baía há muito, mas não tinham aí nenhum estabelecimento permanente. A gravidade da situação justificou o envio de uma expedição militar de Goa para expulsar os concorrentes europeus. Em abril de 1781, chegou à ilha de Moçambique uma fragata com três companhias: uma de cipaios, sob a designação de Voluntários Reais, uma de infantaria e outra de artilharia, a que se deveriam juntar cem soldados da praça⁶³. A companhia de cipaios era constituída por 60 homens, dos quais chegaram apenas 14, tendo falecido os restantes durante a viagem, mormente num naufrágio em Zanzibar. Mas, os cipaios eram novamente begarins, certamente sem treino militar, e o governador-geral, Pedro Saldanha de Albuquerque (1782-1783), considerou-os inúteis, declarando-os “mais brutos que os cafres desta África”⁶⁴.

61 Carta do comandante do regimento de Moçambique Vicente Caetano da Maia Vasconcelos para o secretário de Estado, 18 de Agosto de 1780, AHU, Moç., cx. 34, doc. 38; Carta do governador-geral José Vasconcelos e Almeida para o secretário de Estado, 20 de Agosto de 1780, AHU, Moç., cx. 34, doc. 41.

62 Sobre a situação militar em Lourenço Marques, ver MONTEZ, Caetano. *Descobrimento e fundação de Lourenço Marques. 1500-1800*. Lourenço Marques: Minerva Central-Editora, 1948, p. 97-107; LOBATO, Alexandre. *História da fundação de Lourenço Marques*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1948; LOBATO, Alexandre. *Os Austriacos em Lourenço Marques*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2000.

63 Carta do governador-geral Vicente Caetano de Maia e Vasconcelos para o secretário de Estado, 18 de Agosto de 1781, AHU, cód. 1345, fls. 96v-100v.

64 Carta do governador-geral Pedro Saldanha de Albuquerque para o governador da Índia, 14 de Agosto de 1783, AHU, cód. 1348, fl. 3-3v. “Cafres”, do árabe *kafir* (infiel, não muçulmano), era a designação geral para os africanos da costa oriental de África.

A imprestabilidade dos soldados enviados de Goa, numa difícil conjunção político-militar, apontou para o recurso a outras fontes de recrutamento. Em 1784, a guerra na Terra Firme, com o chefe macua Uticulo, em resposta à política de preços da companhia de comércio recentemente criada, actualizou a premência de encontrar uma solução para os ralos contingentes militares da colónia. O conselho que então detinha interinamente o governo optou por constituir uma companhia de naturais do país, angariados na Terra Firme entre suaílis e macuas, a que chamou de cipaios. Numa conjuntura de apertada crise financeira, os governadores argumentaram com os menores custos do alistamento local face à importação de cipaios de Diu, hipótese que fora novamente equacionada. Com efeito, distintamente do ocorrido com a companhia de cipaios dos Rios de Sena, os soldos destes combatentes eram inferiores aos dos soldados do regimento. Nesta altura, tinham sido arregimentadas 67 praças, número que o conselho governativo intentava elevar para 100, sendo os dois comandantes suaílis⁶⁵. Deste modo, pela primeira vez, eram recrutadas tropas regulares africanas, as quais passaram a integrar o exército português. A importação de soldados asiáticos, cujo fluxo não fora assegurado pelo governo da Índia, terá sugerido a formação de companhias regulares africanas, que mimeticamente foram denominadas de cipaios. Essa designação, reportando-se originariamente aos militares indianos, penetrou, então, na terminologia marcial moçambicana para referir os soldados africanos.

Logo depois, o governador-geral António de Melo e Castro (1786-1793), experiente na utilização de combatentes africanos durante a sua anterior administração dos Rios de Sena, agregou o corpo de cipaios à companhia de artilharia, recentemente autonomizada do regimento⁶⁶, visando o seu adestramento no manejo das espingardas e das bocas de fogo. A instrução dos soldados foi confiada ao capitão de artilharia Jerónimo José Nogueira de Andrade, que estudara na Academia Militar do Rio de Janeiro. O governador pretendia usar os africanos para substituir o destacamento de

⁶⁵ Carta dos governadores interinos para o secretário de Estado, 7 de Agosto de 1784, AHU, Moç., cx. 47, doc. 11; Carta do governador interino Vicente Caetano da Maia Vasconcelos para o secretário de Estado, 18 de Agosto de 1784, AHU, Moç., cx. 47, doc. 49; Mapa do corpo de cipaios de Mossuril, 15 de Agosto de 1784, AHU, Moç., cx. 47, doc. 34.

⁶⁶ A companhia de artilharia foi separada do regimento em 1782. ANDRADE, J. J. N. de. “Descrição do Estado...” in *Archivo das Colónias*, 1917, vol. I, p. 175-176.

25 homens que todos os meses era deslocado para a fortaleza de S. José de Mossuril, o principal baluarte na Terra Firme contra os ataques macuas⁶⁷. No seu estado completo, a companhia numerava 60 homens, sendo um comandante com a patente de tenente, um alferes, um sargento, um furriel, quatro cabos, dois tambores e 50 soldados⁶⁸.

O processo de formação da companhia foi acompanhado por uma produção discursiva tendente a apresentar a superioridade do emprego de naturais da colónia face ao dos europeus. Melo e Castro argumentou que os africanos estavam menos sujeitos aos rigores do clima do que os soldados reinóis, que, mormente entre dezembro e abril, na estação das chuvas, eram impiedosamente devastados pelas doenças, sobretudo na Terra Firme. Macuas e suaílis conheciam bem a língua e os caminhos do país, podendo atacar as povoações inimigas e retirar-se em segurança. Asseverava, igualmente, que eles estavam menos sujeitos ao cansaço provocado pelas correiras a pé pelo meio dos matos. A única objecção apontada ao serviço dos africanos era a sua resistência à sujeição ao trabalho e à disciplina da milícia, o que os levava a desertar⁶⁹. O capitão Nogueira de Andrade, outro crítico acérrimo dos degredados reinóis enviados para o regimento da colónia, elogiou as qualidades marciais dos moçambicanos, designadamente no manejo das armas, considerando-os os soldados mais aptos para as guerras na Terra Firme. Não obstante, denunciou as sucessivas deserções, a que os usuais castigos militares não conseguiam obstar. Concluiu que seria necessário “um novo metodo, e paciença estudada para os governar e conservar”⁷⁰. Note-se, porém, que as críticas feitas aos cipaios moçambicanos, nomeadamente a alegada tendência para a insubmissão à disciplina e para a deserção, não lhes eram exclusivamente dirigidas, atingindo todos os corpos militares da colónia. De resto, elas eram muito semelhantes às formula-

67 Carta do governador-geral António Melo e Castro para o secretário de Estado, 14 de Agosto de 1786, AHU, Moç., cx. 52, doc. 11; Carta do governador-geral António Melo e Castro para o secretário de Estado, 30 de Setembro de 1787, AHU, Moç., cx. 55, doc. 43.

68 Consulta do Conselho Ultramarino, 8 de Junho de 1796, AHU, Moç., cx. 74, doc. 35; ANDRADE, J. J. N. de. “Descripção do Estado...” in *Archivo das Colónias*, 1917, vol. I, p. 176-177.

69 Carta do governador-geral António Melo e Castro para o secretário de Estado, 14 de Agosto de 1786, AHU, Moç., cx. 52, doc. 11; Carta do governador-geral António Melo e Castro para o secretário de Estado, 30 de Setembro de 1787, AHU, Moç., cx. 55, doc. 43.

70 ANDRADE, J. J. N. de. “Descripção do Estado ...” in *Archivo das Colónias*, 1917, v. 1, p. 177.

das durante este período em Portugal, onde também os recrutas se evadiam em busca de liberdade e de sustento⁷¹.

Não obstante o elogio à companhia de cipaios, o governador-geral procedeu à substituição das chefias suaílis por oficiais europeus, os quais, como já anunciara, considerava mais competentes para impor a disciplina militar. Em 1787, a companhia, acompanhada por quatro artilheiros, passou a substituir o destacamento do regimento em Mossuril e o governador pretendia levantar um novo corpo para a Cabaceira Grande, outra importante povoação portuguesa na Terra Firme⁷².

O empenho em disciplinar e integrar os soldados macuas e suaílis passou também pela definição da indumentária. Nos primeiros anos, o vestuário dos cipaios parece ter-se resumido aos panos usados habitualmente na região. Em 1788, no âmbito da reforma dos fardamentos do exército da colónia, foi analogamente fixado o traje da companhia, padronizado em dois uniformes como ocorria para todos os militares. A diferenciação então adoptada relativamente às companhias do regimento parece ter ficado a dever-se mais à resistência dos cipaios em usar calças do que a uma imposição administrativa. Com efeito, os oficiais, superiores e inferiores, exibiam fardamentos iguais aos das restantes companhias de infantaria. O pequeno uniforme, de uso diário, cujo tecido era fornecido semestralmente, era constituído por panos de dotim, um algodão cru, ostentando nas duas extremidades três divisas fabricadas em capotim, eventualmente preto. Na cabeça, previa-se o uso de toucas de samater, um pano de algodão branco de qualidade inferior, também com divisas em capotim. O uniforme principal, abonado de dois em dois anos, compunha-se de casaca de zuarte, um tecido de algodão azul, colete com colarinho e calções ou calças, tudo confeccionado em samater. Uma gravata vermelha e uma fita da mesma cor para atar as calças completavam o vestuário, enquanto o calçado se limitava a umas alpercatas⁷³. Um caderno iluminado com os trajes militares usados na colónia,

71 Sobre as dificuldades do recrutamento em Portugal, ver COSTA, F. D. “Milícia e Sociedade” in BARATA, M. T. e TEIXEIRA, N. S. (dir.). *Nova História Militar...*, 2004, p. 68-111.

72 Carta do governador-geral António Melo e Castro para o secretário de Estado, 30 de Setembro de 1787, AHU, Moç., cx. 55, doc. 43.

73 Alvará do governador-geral António Manuel de Melo e Castro, 16 de Junho de 1788 in ANDRADE, J. J. N. de. “Descrição do Estado...” in *Archivo das Colónias*, 1917, vol. I, p. 179-184, 213-215. Sobre os tecidos indianos em uso na África Oriental, ver GAMITO, A. C. P. *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937, v. 2, p. 140. Ver também DALGADO, S. R. *Glossário...*

provavelmente um pouco posterior a esta reforma, retrata o pequeno uniforme dos cipaios, indicando o abandono, ao menos formal, dos panos e uma aproximação à indumentária dos restantes infantes. Com efeito, o cipaios apresenta-se com um colete branco, gravata vermelha, calções brancos, correias e bandoleira vermelhas, touca em azul debruada a branco, pés descalços e transportando uma espingarda e uma baioneta⁷⁴. Em suma, a componente visual associada à indumentária conferia visibilidade à pertença dos cipaios ao exército português, ao mesmo tempo que elementos diferenciadores os separavam dos militares do regimento.

Os primeiros anos de actividade da companhia na Terra Firme evidenciaram a adequação da estratégia do recrutamento local. Conforme a apreciação das autoridades da colónia, o corpo de cipaios estacionado em Mossuril estava bem disciplinado e conseguia conter as acometidas dos macuas. Não só defendia eficazmente as povoações portuguesas da Terra Firme, como atacava os acampamentos militares e até as aldeias inimigas. O governador aumentara o seu número para 80, esperando tirar daqui o núcleo da segunda companhia proposta para a Cabaceira, para cuja criação aguardava a autorização régia⁷⁵.

O fracasso da naturalização do regimento moçambicano

Os ensaios de recrutamento local dos soldados da praça de Moçambique acabariam por ecoar em Portugal. Face à manifesta incapacidade de preencher os efectivos com as remessas do reino, as propostas de Lisboa caminharam no sentido de naturalizar por completo a angariação de soldados, conforme a experiência acumulada com a companhia de cipaios da Terra Firme. Aparentemente, o plano de reformas delineado foi sugerido pela correspondência do governador-geral António de Melo e Castro e por um relatório sobre a colónia produzido pelo capitão Jerónimo José Nogueira

74 AHU, cód. 1509.

75 Carta do governador-geral António de Melo e Castro para o secretário de Estado, 22 de Agosto de 1791, AHU, Moç., cx. 62, doc. 66.

Andrade, em 1791, a pedido do secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. O governador-geral pronunciara-se bastas vezes sobre a excelência da companhia de cipaios, mas, indo mais longe, o capitão advogou a conveniência de preencher o regimento com soldados naturais da colónia, “os unicos, e proprios para as Guerras nos Mattos com os seus iguaes”⁷⁶.

No ano seguinte, o secretário de Estado considerou inviável manter o regimento de Moçambique, que, nesta altura, previa a existência de 10 companhias, constituídas 1.022 praças e 147 oficiais, para além da companhia de artilharia. Concluiu que os cerca de 40 a 60 degredados enviados anualmente para a colónia eram escassos para completar os efectivos, tanto mais que eles, por falta de cautela, não resistiam às enfermidades de um clima tão pouco sadio. Assim, conjecturou que o intuito de numerar o regimento com 1.169 homens seria para o preencher inteiramente com “gente preta”, ocupando os europeus unicamente os postos de oficiais. Esta era a solução que se conformava “com a razão, e com a possibilidade”. O sucesso da companhia de cipaios mostrava “que a gente do pais, sendo a que mais suporta, e reziste a intemperança do clima, he a mais propria para o trabalho, e para todo o genero de serviço compreendido o militar logo que se pode reger debaixo de disciplina, e subordinação a que tambem não he impropria, mas antes propençā”. Atendendo à comodidade com que os moradores da colónia adquiriam escravos, mais facilmente se obteriam soldados. Os africanos prefeririam, certamente, a disciplina da vida militar à “dureza da escravidão”, pois no exército seriam “muito mais bem tratados em sustento, e vestuário, do que [...] debaixo do jugo de particulares.” Este argumento assentava num notório desconhecimento da sociedade colonial e mormente da escravatura vigente na região, mais próxima da dependência clientelar do que do rigorismo associado às relações escravagistas das economias de plantação. De qualquer modo, solucionando a arregimentação das praças com gente recrutada na colónia, o secretário de Estado concluía ser exequível completar o regimento com o oficialato europeu, aliciado com um aumento

76 ANDRADE, J. J. N. de. “Descripção do Estado...” in *Archivo das Colónias*, 1917, v. 1, p. 177.

de patente. A tarefa de disciplinar os novos soldados aconselhava, porém, à redução dos efectivos para 500 praças, distribuídas por dez companhias, apontando-se para um ulterior aumento daquele número na proporção das necessidades. A companhia de cipaios, com 60 soldados e 11 oficiais, seria integrada no regimento como uma das dez previstas. A companhia de artilharia, numerando então 101 praças e 12 oficiais, seria elevada para um total de 150 homens, ficando reservada aos europeus desterrados para a colónia⁷⁷.

Este projecto, suscitado pela incapacidade demográfica e económica de manter um regimento europeu na colónia, implicava que a maior parte das actividades militares passava a ser desempenhada pela mão-de-obra local. Os europeus mantinham o controlo da defesa pela exclusividade dos cargos de chefia e do acesso às mais estratégicas armas de artilharia. A retórica sobre a absoluta inadequação do meio físico moçambicano para o trabalho dos europeus, mesmo que alguma culpa lhes fosse imputada, ganhava, assim, espessura, validando a necessidade de encontrar outras fontes de mão-de-obra. Já não se apontava tanto o desconhecimento dos europeus sobre as guerras africanas como um óbice à sua actividade militar na colónia, insistindo-se antes na proposição de que a hostilidade do meio ao esforço físico dos reinóis inviabilizava a sua utilização no trabalho braçal. Todavia, enquanto décadas antes se elegiam os cipaios indianos como as tropas convenientes para substituir os europeus em Moçambique, os atributos que supostamente os qualificavam para actuar na região transferiam-se agora para os africanos. À resistência ao clima e à dureza do meio físico, juntavam-se a disponibilidade e a proximidade cultural, que fundamentavam a preferência pelo recrutamento africano para combater os inimigos africanos.

Mas, no terreno, a administração deparou com inúmeros obstáculos, sendo impotente para assegurar o alistamento dos 500 homens previstos. O fracasso do processo de completa naturalização do exército colonial, em contraste com o relativo êxito na formação das anteriores companhias de cipaios de Tete e da Terra Firme, pode explicar-se pela dimensão e pela estratégia do recrutamento. Antes de mais nada, o número de efectivos requeridos era muito superior às escassas dezenas alistadas naquelas com-

77 Carta do secretário de Estado para o governador-geral D. Diogo de Sousa, 11 de Outubro de 1792, AHU, cód. 1472, fls. 105v-107.

panhias. Acresce que, diversamente das iniciativas precedentes, em que os patrícios dos Rios eram angariados para a companhia de Tete e os macuas e suaflis da Terra Firme para a de Mossuril, a constituição de um regimento de soldados africanos pretendeu assentar no recrutamento supralocal.

O governador-geral D. Diogo de Sousa Coutinho (1793-1797), intimado a formar o “regimento de gente natural dos nossos dominios d’África e Azia”, expediu ordens ao governador dos Rios de Sena, em 1793, para fazer uma leva de 350 a 400 recrutas a enviar presos para a ilha de Moçambique. Os indivíduos seriam arrebanhados entre os patrícios, os naturais de Goa e os próprios colonos africanos dos prazos da Coroa. Se em relação aos dois primeiros grupos a medida seria de difícil execução, ela era completamente impraticável no que respeitava aos colonos. De facto, as relações destes com a administração portuguesa passavam pela mediação dos chefes da aldeia ou até da região e dos senhores dos prazos onde residiam. Mesmo não contando com o antagonismo dos colonos deslocados das suas comunidades, seria segura a oposição dos chefes e dos senhores, privados de gente e de contribuintes. Acautelando as previsíveis resistências ao alistamento, o governador determinou a marcação de um dia para os comandantes das povoações reunirem, em simultâneo, os indivíduos a remeter para Moçambique. Eram unicamente dispensados das levas os indivíduos casados e com estabelecimento próprio para sustentarem as famílias⁷⁸.

Num curto espaço de tempo, até a saída das embarcações para a ilha, apenas foram apanhados 48 recrutas. E mesmo desses, o governador-geral foi obrigado a dispensar alguns, cuja idade ou estado de saúde os tornavam imprestáveis para o serviço, enquanto outros sete se evadiram rapidamente. Nestas circunstâncias, na monção seguinte, o governador dos Rios foi instruído para remeter os desertores e novos recrutas. Entretanto, o universo dos mobilizáveis foi circunscrito aos inúmeros patrícios existentes nos Rios, particularmente em Sena, excluindo os que pela idade ou moléstia eram inaptos para assentar praça. O governador-geral, convicto de os patrícios tinham “horror” ao serviço público, fez publicar um bando pelo

78 Carta do governador-geral D. Diogo de Sousa para o governador dos Rios Cristóvão Azevedo Vasconcelos, 20 de Maio de 1793, AHU, Moç., cx. 64, doc. 26.

qual tentava aliciá-los através da limitação do serviço voluntário a seis anos⁷⁹.

A estratégia para a formação de um regimento de soldados da colónia assentava, portanto, no recrutamento nos Rios de Sena. Este era, sem dúvida, o território sob administração portuguesa em que, pela dimensão e por razões históricas, existia um número significativo de homens livres directamente sujeitos à administração. Não obstante, a oposição ao recrutamento e as deserções freqüentes, que não eram inéditas, iludiriam o intuito de naturalizar o regimento. O serviço na ilha de Moçambique e nos demais portos implicava um desenraizamento a que os patrícios dos Rios de Sena resistiam, até porque perdiam o suporte social e económico que os amparava face aos baixos soldos obtidos no exército.

Com efeito, os indivíduos usavam múltiplos estratagemas para escapar ao serviço militar, beneficiando-se com notável freqüência do patrocínio dos senhores dos prazos⁸⁰. Estes não só acutavam os patrícios fugidos nas suas terras, como manipulavam os quadros normativos português e africano para os eximir legalmente à mobilização para o exército. Segundo a lei portuguesa, os criados de alguns grupos sociais e profissionais, bem como de detentores de determinados cargos, estavam isentos do recrutamento. Esse privilégio fora limitado por um alvará de 1764, que, porém, o continuava a reconhecer, entre outros, aos criados dos comerciantes, situação aplicável a toda a elite dos Rios. Também usando a prática de escravização voluntária, através da “venda do corpo”, vigente nas sociedades africanas, os patrícios adquiriam o estatuto de escravos para escapar ao alistamento. De resto, a difusão desta prática entre os soldados adquiriu tal relevância que, no final do século, o governador dos Rios de Sena, o paulista Francis-

79 Carta do governador-geral D. Diogo de Sousa para o governador dos Rios Cristóvão Azevedo Vasconcelos, 1 de Setembro de 1793, AHU, Moç., cx. 64, doc. 17; “Relação dos soldados que se auzentarão do Regimento de Infantaria desta Praça dos que vierão recrutados dos Rios de Senna”, 25 de Novembro de 1793, AHU, cx. 65, doc. 20; Carta do governador-geral D. Diogo de Sousa para o governador dos Rios Cristóvão Azevedo Vasconcelos, 26 de Novembro de 1793, AHU, Moç., cx. 64, doc. 17; Carta do governador-geral D. Diogo de Sousa para o governador dos Rios João de Sousa Brito, 21 de Maio de 1794, AHU, cód. 1358, fl. 140v.

80 Ver, por exemplo, Instrução do governador-geral António de Melo e Castro ao governador dos Rios José Álvares Pereira, 30 de Janeiro de 1786, AHU, cód. 1358, fls. 52v-56; “Interrogatorios para por eles se inquirir a devassa Contra Custodio de Araujo Bragança commandante desta villa”, 15 de Janeiro de 1794, AHU, Moç., cx. 66, doc. 23.

co José de Lacerda e Almeida, se veria obrigado a publicar um bando estabelecendo a pena de prisão, com posterior obrigação de ocupar o lugar dos desertores, para os senhores que compravam o corpo dos soldados e os acoutavam nas suas terras. O governador inspirava-se, assim, no alvará de 6 de setembro de 1765, que introduzira no reino a penalização para os que praticassem o acoutamento dos soldados evadidos, já revogado em 1776, quando foi retomado o sistema dos perdões⁸¹. Mesmo que a aplicação destas medidas fosse exequível, restava aos desertores o refúgio para lá das fronteiras, junto de um chefe africano, inviabilizando as medidas coactivas tomadas pela administração portuguesa.

Perante a incapacidade de arrebanhar os recrutas necessários ao preenchimento do regimento, o governador-geral informou Lisboa sobre a impossibilidade de proceder ao alistamento local. Alegou a existência de uma base social exígua, pese embora ser notório na correspondência com os Rios de Sena o seu conhecimento da presença de inúmeros patrícios e goeses na região. Aduziu que os indivíduos facilmente se evadiam para os territórios adjacentes, escapando ao serviço militar. Assim, informou que os “poucos livres que á em toda esta colonia, apenas os preceguem, logo se entranhão nas terras dos regulos vizinhos; e desta sorte nem se consegue o fim de os reclutar, nem se tira a mesma pequena utilidade que resulta dos seus lentíssimos trabalhos.” Nestas circunstâncias, o governador-geral apenas descortinou a compra de escravos como a saída para constituir o “regimento de soldados pretos”. O avultado investimento inicial seria resarcido, em seis ou sete anos, pela menor despesa corrente em soldos, vestuário e curativos. Todavia, o deplorável estado das finanças da colónia não autorizava tal encargo, unicamente exequível com autorização régia⁸². Perante as informações recebidas de Moçambique, a Coroa abandonou o objectivo do recrutamento local, mantendo a anterior estrutura do regimento de infantaria e as companhias de artilharia e de cipaios⁸³.

81 Bando do governador dos Rios Francisco J. Lacerda e Almeida, 14 de Março de 1798, AHU, Moç., cx. 80, doc. 59. Sobre a legislação portuguesa, ver COSTA, F. D. “Milícia e Sociedade” in BARATA, M. T. e TEIXEIRA, N. S. (dir.). *Nova História Militar...*, 2004, p. 68-111. Relativamente à escravização voluntária nas sociedades africanas, ver RODRIGUES, E. *Portugueses e Africanos...*, p. 616-626.

82 Carta do governador-geral D. Diogo de Sousa para o secretário de Estado, 17 de Agosto de 1794, AHU, Moç., cx. 68, doc. 48.

83 A informação foi dada por carta de carta do secretário de Estado, datada de 30 de Novembro de 1795. Carta do governador-geral D. Diogo de Sousa para o secretário de Estado, 24 de Setembro de 1796, AHU, Moç., cx. 75, doc. 49.

Fracassado o projecto de naturalizar o regimento de Moçambique, a angariação de soldados continuou a seguir os caminhos antes trilhados. Durante este período, o governo da Índia manteve a prática de expedir degredados para Moçambique, dos quais alguns eram cipaios, prontamente integrados na companhia de macuas e suaílis instalada na fortaleza de Mossuril⁸⁴. Não obstante, os desterrados que não professavam o catolicismo eram mal acolhidos em Moçambique, pelas diferenças culturais, em particular religiosas e lingüísticas. Por exemplo, em 1798, o governador-geral opôs-se ao envio de presos gentios, em particular dos chamados pondas⁸⁵, que opinava não poderem ter na colónia qualquer valia militar, pela dissemelhança de religião e costumes e, sobretudo, pela língua, incompreensível em Moçambique. Portanto, sugeria que permanecessem na Índia, onde podiam ocupar-se com préstimo⁸⁶.

A censura sobre os degredados remetidos de Goa não implicou a rejeição dos cipaios indianos, os quais, aliás, continuaram a ser encarados como um recurso para a defesa do território. O agravamento da situação militar da colónia, na década de 1790, colocaria a urgência de encontrar mão-de-obra militar, tanto mais que os resultados das tentativas de mobilização local se revelavam escassos. A transferência das guerras europeias para o Índico, onde a notícia da eclosão do conflito chegou pelas gazetas americanas em 1793, traduziu-se nos ataques franceses aos estabelecimentos e aos barcos portugueses⁸⁷. Ademais, em janeiro de 1795, o xeque suaíli da Quitangonha atacou as povoações portuguesas de Mossuril e Quitangonha, destruindo as culturas. O governador foi obrigado a solicitar de novo ajuda

84 Por exemplo, em 1789, foram enviados 11 cipaios e 2 cristãos e em 1791 outros 3 cipaios. Carta do governador-geral António de Melo e Castro para o governador da Índia, 29 de Julho de 1789, AHU, cód. 1348, fl. 36v; Carta do governador da Índia para o governador-geral António de Melo e Castro, 15 de Janeiro de 1789, HAG (Historical Archives of Goa), cód. 1446, fl. 121; Carta do governador da Índia para o governador-geral António de Melo e Castro, 13 de Agosto de 1791, HAG, cód. 1446, fl. 185.

85 Punda - bandido, salteador, no Concâo. Do concani-marata *pund*. DALGADO, S. R. *Glossário...*

86 Carta do governador-geral Francisco Guedes de Carvalho e Menezes para o governador da Índia, 22 de Agosto de 1798, AHU, cód. 1348, fls. 56v-57. Estes pondas eram cipaios dos *dessais* rebeldes que assaltavam as províncias recentemente conquistadas pelo Estado da Índia.

87 Carta do governador-geral D. Diogo de Sousa para o governador dos Rios Cristóvão Azevedo Vasconcelos, AHU, Moç., cx. 64, doc. 17; Carta do governador-geral D. Diogo de Sousa para o secretário de Estado, 28 de Setembro de 1796 e adenda de 1 de Novembro de 1796, AHU, Moç., cx. 75, doc. 62.

militar a Goa, bradando pelo envio imediato de 200 soldados, incluindo cipaios já disciplinados. Nos anos seguintes, foram feitos, sem sucesso, apelos idênticos⁸⁸. Seria necessário esperar por 1869 para uma expedição ao vale do Zambeze, destinada a combater o descendente de um dos oficiais da companhia de cipaios indianos enviada em 1767, contar com a participação massiva e desastrosa do exército da Índia.

Conclusão

No século XVIII, os portugueses separamavam com dificuldades crescentes para preencher o regimento de infantaria de Moçambique. Não só o Brasil atraía a maior parte dos que saíam de Portugal, como a elevada mortalidade verificada na costa oriental africana contradizia qualquer esforço de completar o exército com reinóis. Desenvolvendo um discurso sobre a inadequação dos soldados europeus ao meio moçambicano, durante a segunda metade da centúria, a administração da colónia tentou encontrar alternativas no quadro do Índico. As soluções ensaiadas centraram-se, numa primeira fase, no recurso aos cipaios importados da Índia para conduzirem, posteriormente, ao recrutamento para o exército regular de soldados naturais da colónia, nomeadamente dos patrícios, nos Rios de Sena, e dos macuas e suaílis, no litoral da ilha de Moçambique. Esse processo desembocaria no projecto, formulado na colónia e desenvolvido em Lisboa, de naturalizar o regimento de Moçambique, reservando o oficialato para os europeus. Não obstante, os inúmeros obstáculos levantados ao recrutamento local inviabilizariam a constituição de um regimento completamente preenchido com gente da colónia.

Integrando um longo processo de trocas intercoloniais entre a Índia e Moçambique, a experiência de recrutamento de cipaios indianos, a que

⁸⁸ Carta do governador-geral D. Diogo de Sousa para o governador da Índia, 27 de Agosto de 1795, AHU, cód. 1348, fl. 52-52v; Carta do governador-geral Francisco Guedes de Carvalho e Menezes para o governador da Índia, 9 de Abril de 1799, AHU, cód. 1348, fl. 59-59v; Carta do governador-geral Francisco Guedes de Carvalho e Menezes para o governador da Índia, 19 de Abril de 1800, AHU, cód. 1348, fls. 62-63.

sucedeu a constituição de companhias de cipaios moçambicanos, reflectir-se-ia em Moçambique não apenas em termos militares, como também lingüísticos. De facto, a designação de cipaios importada da Índia transitou para os soldados africanos, incorporando-se na terminologia marcial moçambicana. Primeiro, para identificar as companhias de naturais da colónia que integravam o exército regular português, como foi o caso da companhia de macuas e suaílis da Terra Firme. Progressivamente, essa denominação estendeu-se a quaisquer combatentes africanos. As descrições sobre os confrontos militares oitocentistas identificam os combatentes moçambicanos, tanto os soldados regulares ao serviço do exército português como os que eram mobilizados pelos senhores dos prazos, como cipaios⁸⁹. As denominações locais para os soldados moçambicanos, como “cafres de arco” e *achikunda*, foram progressivamente elididas pela nomenclatura Indiana.

Referências

ANDRADE, Jeronimo José Nogueira de. “Descripção do Estado em que ficavão os Negocios da Capitania de Mossambique nos fins de Novembro do Anno de 1789 com algumas Observaçoens, e reflecçoens sobre a causa da decadência do Commercio dos Estabelecimentos Portugueses na Costa Oriental da Africa” in *Archivo das Colónias*, 1917, v. I, p. 75-96, 115-134, 166-184, 215-235, 275-288; 1918, v. II, p. 32-50.

ANDRADE, António Alberto Banha de (ed.). *Relações de Moçambique Setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

BEACH, D. *The Shona and the Zimbabwe 900-1850*. London: Heineman; New York: Africana; Gwelo: Mambo Press, 1980.

BEBIANO, Rui. “A arte da Guerra. Estratégia e Táctica” in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). *Nova História Militar de Portugal*, s/l, Círculo de Leitores, 2004, p. 112-151.

89 Ver, por exemplo, EÇA, F. G. A. *História das Guerras...*; LACERDA, Francisco Gavicho de. *Figuras e Episódios da Zambézia*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1929, p. 62-63.

- BOTELHO, José Justino Teixeira. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique da descoberta a 1833*. Lisboa: Centro Typografico Colonial, 1934.
- CAPELA, José. *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Afrontamento, 1995.
- COSTA, Fernando Dores. “Milícia e Sociedade” in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). *Nova História Militar de Portugal*, s/l, Círculo de Leitores, 2004, p. 68-111.
- COSTA, Fernando Dores. “Guerra no tempo de Lippe e de Pombal” in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). *Nova História Militar de Portugal*, s/l, Círculo de Leitores, 2004, p. 331-350.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919-1921 (2 v.).
- EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. *História das Guerras do Zambeze*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1953 (2 v.).
- GAMITO, A. C. P. *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937 (2 v.).
- HAFKIN, N. *Trade, society and politics in Northern Mozambique*. Boston University, PHD Thesis, 1973.
- HOPPE, Fritz. *A África Oriental Portuguesa no tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.
- Inventário do Fundo do Século XVIII* (Introdução, Inventário, Sumários e Transcrições por Caetano Montez). Separata de *Moçambique. Documentário Trimestral*, n. 72-92, 1958.
- ISAACMAN, Allen. *Mozambique: the Africanization of a European Institution. The Zambezi Prazos. 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972.
- LACERDA, Francisco Gavicho de. *Figuras e Episódios da Zambézia*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1929.
- LOBATO, Alexandre. *Evolução administrativa e económica de Moçambique. 1752-1763*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957.
- LOBATO, Alexandre. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- LOBATO, Alexandre. *História da fundação de Lourenço Marques*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1948.

LOBATO, Alexandre. *Os austríacos em Lourenço Marques*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2000.

Memorias e documentos àcerca dos direitos de Portugal aos territórios de Machona e Nyassa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

MONTEZ, Caetano. *Descobrimento e fundação de Lourenço Marques, 1500-1800*. Lourenço Marques: Minerva Central-Editora, 1948.

MUDENGE, S. I. G. *A political history of Munhumutapa c. 1400-1902*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988.

NEWITT, M. D. D. *Portuguese settlement on the Zambezi*. London: Longman, 1973.

NEWITT, Malyn. *A history of Mozambique*. London: Hurst & Company, 1995.

RODRIGUES, Eugénia. "A africanização da guerra nos Rios de Sena no Século XVIII" in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar. A Guerra e o Encontro de Civilizações a partir do Século XVI*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, p. 702-715.

RODRIGUES, Eugénia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII*. Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História, 2002.